



FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

2024/2025

<b>Curso</b>
Licenciatura em Educação e Formação
<b>Designação</b>
Economia da Educação e da Formação
<b>Docente(s)</b> (Indicar também qual o docente responsável pela U.C.)
Ana Luísa Rodrigues (Professora responsável) Ana Nascimento David
<b>Descrição geral</b> (ECTS, Carga horária, Apoio tutorial, etc.)
5 ECTS; 3 horas Teórico-práticas
<b>Objetivos / Competências</b>
Interpretar comportamentos discriminatórios no mercado de trabalho, à luz das teorias críticas à teoria do capital humano. Discutir a participação do Estado na provisão do bem “educação”. Relacionar a construção de um “mercado educativo” com eficiência e equidade. Analisar o financiamento da formação profissional Reconhecer na partilha de custos em educação o início da “privatização” da educação. Caracterizar modelos de financiamento do ensino superior Analisar as políticas de apoio ao estudante.
<b>Competências a desenvolver</b>
Capacidade de análise e de síntese; de recolher e selecionar informação; de refletir de forma crítica e fundamentada; de aplicar conhecimentos; de trabalhar de uma forma autónoma; de trabalhar em grupo; de aprender a aprender; e de comunicação.



**Conteúdos programáticos (sinopse)**

**A- A Economia da Educação e a análise económica da educação**

- A emergência da Economia da Educação
- A educação: bem de consumo versus bem de investimento
- A educação e o mercado de trabalho: a teoria do capital humano
- Crescimento e desenvolvimento económico
- Contributos da educação para o crescimento económico

**B - A Educação no contexto dos bens públicos e dos bens privados**

- Educação: bem público versus bem privado
- Efeitos não monetários da educação
- A medição dos resultados da educação
- A Educação e a produção de externalidades

**C - A provisão e o financiamento da educação e da formação**

- A Educação e as imperfeições do mercado
- O papel do Estado e os "quase mercados", em educação
- Competências municipais em matéria de educação – descentralização/desconcentração
- Financiamento da formação

**D - O Ensino Superior em Portugal**

- Os custos públicos e privados da educação
- As fontes de financiamento da educação
- Modelos de financiamento
- Comparações internacionais.
- O financiamento do ensino superior universitário público
- O apoio social aos estudantes
- Os empréstimos estudantis



**Bibliografia geral** (até 20 obras)

Almeida, A., J. (2004). O papel dos municípios na educação em Portugal. *Revista Iberoamericana de Educación*, 35(1), 1-13. <https://doi.org/10.35362/rie3512953>

Almeida, A. J., & Alves, N. (2011). A formação profissional nas empresas portuguesas: entre a tradição e os desafios da competitividade. *Actas do II Simpósio Nacional Formação e Desenvolvimento Organizacional* (pp.121-136). ISCTE-IUL.

Bartlett, W., Propper, C., Wilson, D. & Le Grand, J. (1994). *Quasi-Markets and the Welfare State*. University of Bristol & SAUS Publications.

Cabrito, B. (2002). *O Financiamento do Ensino Superior em Portugal*. EDUCA.

Cabrito, B. (2002). *Economia da Educação*. Texto Editora.

Cabrito, B. G., Cerdeira, L., Nascimento, A., & Mucharreira, P. R. (2020). O Ensino Superior em Portugal: Democratização e a Nova Governação Pública. *Revista Educere et Educare*, 15(37), 1-31.

Carnoy, M., ed. (1995). *International Encyclopedia of Economics of Education*, second edition. Pergamon.

Cerdeira, L. (2009). *O Financiamento do Ensino Superior Português: a partilha de custos*. Almedina. [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/973/1/17269\\_TeseLuisaCerdeira2Abril2009.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/973/1/17269_TeseLuisaCerdeira2Abril2009.pdf)

Cedefop (2021). *O sistema de educação e formação profissional em Portugal: descrição sumária*. Serviço das Publicações. <http://data.europa.eu/doi/10.2801/359964>

Cerdeira L. (2013). O Ensino Superior Português. O que andámos para aqui chegar? *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, 6 (1), 115-134.

Cerdeira, L. & Cabrito, B. (Orgs.) (2017). Cerdeira L., Cabrito B., Patrocinio T., Machado L., Rui Brites, Curado A. P. *Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português. CESTES 2. Para a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior*. EDUCA. <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/34377>

Cerdeira L., & Machado-Taylor, M.L. (2019). Os Desafios da internacionalização e da cooperação: o espaço da Educação Superior de Língua Portuguesa. In M. Morosini, & L. Cerdeira (Coord.) *Educação superior em contextos emergentes: complexidades e possibilidades na universidade ibero-americana* (pp.45-58). EDUCA.



Hanushek E.A., & Woessmann L. (2019). *The Economic Benefits of Improving Educational Achievement in the European Union: An Update and Extension*. EENEE Analytical Report No.39. Prepared for the European Commission. European Expert Network on Economics of Education (EENEE).

Hanushek E.A., & Woessmann L. (2020). *The economic impacts of learning losses*. OECD Education Working Paper No. 225. 8 September 2020. <https://dx.doi.org/10.1787/21908d74-en>

Johnstone, D.B. (2003). Cost sharing in higher education: Tuition, Financial assistance, and accessibility in comparative perspective. *Czech Sociological Review*, 39(3).

<http://www.gse.buffalo.edu/org/IntHigherEdFinance/publications.html>

Johnstone, D.B. (2013). *Financing Higher Education: Worldwide Perspectives and Lessons*.

<http://gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/>

Johnstone, D.B. (2019). Austeridade Financeira na Educação Superior: Opções Políticas. In M. Morosini, & L. Cerdeira (Coord.) *Educação superior em contextos emergentes: complexidades e possibilidades na universidade ibero-americana* (p.17-44). EDUCA.

OCDE (vários anos). *Education at a Glance*. OCDE. <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/>

Nascimento, A. & Cabrito, B. (2017). A autonomia do Ensino Superior Português entre a lei e a prática – estudo de caso múltiplo. *Revista Educação em Questão*, 45(55), 42-73 <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2017v55n45ID12745>;

Nascimento, A. & Cabrito, B. (2018a). O financiamento do ensino superior no pós Estado de Bem-Estar: o caso português. In A. Castro, A. Neto, B. Cabrito, L. Cerdeira, & V. Chaves (Orgs.). *Educação Superior em Países e Regiões de Língua Portuguesa: desafios em tempo de crise* (pp. 267-292). EDUCA.

Nascimento, A. & Cabrito, B. (2018b). Políticas de financiamento e gestão no ensino superior português: tendências emergentes. In B. Cabrito, J. Macedo, & L. Cerdeira (Orgs.). *Ensino Superior no Brasil e em Portugal: atualidades, questões e inquietações* (pp. 95-122). EDUCA.



### Ligações úteis:

Ministério da Educação <http://www.dgeec.mec.pt/np4/home>

Conselho Nacional de Educação <http://www.cnedu.pt>

PORDATA <http://www.pordata.pt/>

OCDE (OECD) <http://www.oecd.org/education/>

EUROSTAT <http://ec.europa.eu/eurostat>

CEDEFOP <http://www.cedefop.europa.eu/pt>

### Métodos de ensino

As sessões terão uma natureza simultaneamente informativa e participativa, apelando para o recurso a diferentes metodologias e para uma gestão flexível do tempo.

Nas sessões pretende-se fazer a articulação entre a informação teórica, a sua aplicação e os interesses manifestados pelos estudantes. Sempre que possível o debate centrar-se-á no caso português e na sua relação com outros países, nomeadamente da OCDE e da UE.

### Regime Geral de Avaliação (Modalidades, elementos, calendarização, ponderação, etc.)

A avaliação segue os princípios essenciais da avaliação contínua, pelo que se rege pelo Regime Geral de Avaliação (de acordo com o estipulado no Regulamento de Avaliação das Aprendizagens do IE).

#### Regime Geral de Avaliação:

As sessões decorrerão de modo teórico-prático; os estudantes trabalharão em pequenos grupos, desenvolvendo um trabalho. Os estudantes deverão encontrar toda a informação e dados relevantes dentro desta temática.

**Participação no trabalho das aulas e apresentação de trabalhos na aula (20%).** A participação do aluno ao longo de todas as atividades implica uma assiduidade a 2/3 das aulas e a elaboração de **atividades em pequeno grupo** ao longo do semestre.

Uma **prova presencial individual (40%)** – a realizar entre **20 e 23 de maio de 2025 (consoante as turmas)**.

Um **trabalho de grupo (40%)** – a entregar por escrito até **6 de junho de 2025**.

*Nota: A aprovação na UC exige que o estudante obtenha, no mínimo, 10 valores nas componentes de avaliação, seja individual ou em grupo. Caso o aluno obtenha uma nota inferior a 10 valores em qualquer uma das componentes, mesmo que a ponderação das componentes seja superior a 10 valores, a nota registada em pauta será a mais baixa.*



**Regime Alternativo de Avaliação** (Modalidades, estudantes abrangidos, elementos, calendarização, ponderação, etc.)

Os estudantes que não tenham avaliação contínua (estudantes que faltem mais que 3 sessões), serão avaliados pela realização e discussão de **um trabalho individual (50%) e a Prova Individual (50%)**.

A prova **presencial individual será realizada conjuntamente com todos os outros estudantes**.

Os estudantes que se encontrem **em regime alternativo de avaliação deverão informar e acordar com os docentes o regime em que se encontram após o início de semestre (até ao final da 3.ª aula do semestre) e conhecer as datas de entrega do trabalho e realização da Prova Individual**.

Regime Alternativo de Avaliação:

Um trabalho Individual (50%) – a entregar por escrito até **6 de junho de 2025**.

Uma prova presencial individual (50%) – a realizar entre **20 e 23 de maio de 2025. (consoante as turmas)**

*O Regime Alternativo de Avaliação é exclusivo para os alunos com o estatuto de trabalhador-estudante, de atleta de alta competição e outros regulamentarmente previstos. Nesses casos, a aprovação na UC implica a presença obrigatória nos momentos definidos para avaliação, nomeadamente em momentos de avaliação formativa ao longo do semestre.*

**Exames: Época Recurso** - Um teste final, compreendendo toda a matéria da unidade curricular (sem consulta), a realizar **em junho de 2025**.